



Revista Portuguesa de Educação

ISSN: 0871-9187

rpe@ie.uminho.pt

Universidade do Minho

Portugal

Vidal Gonçalves, Diana

Julia Lopes de Almeida e a educação brasileira no fim do século XIX: um estudo sobre o livro escolar

Contos infantis

Revista Portuguesa de Educação, vol. 17, núm. 1, 2004, pp. 29-45

Universidade do Minho

Braga, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37417103>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Julia Lopes de Almeida e a educação brasileira no fim do século XIX: um estudo sobre o livro escolar *Contos infantis*

Diana Gonçalves Vidal
Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo

O artigo, partindo da indagação sobre a inserção da literata e feminista Julia Lopes de Almeida na arena educacional, pretende compreender a produção de livros escolares no Brasil oitocentista. Para tanto debruça-se sobre a análise de *Contos infantis*, de autoria de Julia e sua irmã Adelina Lopes Vieira, entrelaçando o estudo da obra à trajetória de vida das autoras. Divide-se em duas partes. Na primeira, explora os aspectos materiais e de conteúdo do livro. Na segunda, recupera traços da vida familiar e das redes de sociabilidade estabelecidas na segunda metade do século XIX no Brasil e em Portugal pelas irmãs e seus parentes próximos. Ao entrecruzar as duas abordagens visa perceber matizes dos projetos de escola e de escolarização do saber presentes no oitocentos brasileiro.

Introdução

Julia Lopes de Almeida (1862-1934) insinua-se como sombra na historiografia educacional brasileira. Da mesma maneira que a personagem principal do romance *A intrusa*, mulher sem rosto, conhecida pelas suas ações e amada pelo universo feminino que recria no cuidado da casa e da família, Julia mantém-se presente na escola brasileira do fim do império e início da República, através de seus livros escolares, intensamente utilizados no ensino primário, mas seguidamente esquecidos pela escrita da história educacional.

Análises da sua obra aparecem de forma recorrente no campo da literatura e dos estudos feministas. Intelectual de prestígio, considerada por José Veríssimo como principal representante literária dos primeiros anos do século XX (Menezes, 1978, p. 24), com uma produção de mais de 40 títulos¹, entre prosa e verso, publicados no Brasil, em Portugal e na Argentina, Julia é referenciada em dicionários de Literatura e seu trabalho investigado na arena das Letras. *A família Medeiros* (1892), *A viuva Simões* (1897), *A falência* (1902), *A intrusa* (1908) e *Correio da roça* (1913), só para citar alguns romances, são o foco de interesse.

Ora considerada como conservadora, defendendo a supremacia intelectual masculina; ora percebida como feminista, por suas participações públicas em defesa do voto da mulher e por sua posição de destaque junto à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, nos anos 1920 e 1930², a escritora chama a atenção também de feministas e estudiosas de gênero, preocupadas em compreender o lugar social da mulher no Brasil do fim do oitocentos (Besse, 1999). Especialmente destacam-se para essa abordagem o *Livro das noivas* (1896), *Livro das donas e donzelas* (1906) e *Maternidade* (1924)³.

O episódio emblemático de sua indicação para uma cadeira na Academia Brasileira de Letras reúne as duas perspectivas de análise. Reconhecida pelos escritores da *Belle époque* brasileira como merecedora da honraria não apenas por seu talento, mas pela capacidade de em um mundo literário pequeno e competitivo “*publicar contos e folhetins, mas também vê-los em forma de livro [...] conquistando um grupo de leitores fiéis grande o suficiente para torná-la um dos poucos literatos — junto com Bilac, Coelho Neto e João do Rio — que podiam se dar ao luxo de fazer conferências públicas*” (Needell, 1993, pp. 248-249), viu a vaga ser preenchida por seu esposo, o poeta português Francisco Filinto de Almeida, uma vez que a ABL brasileira, à semelhança da francesa, não aceitava mulheres. Para Ana Magaldi (1998, p. 58), a solução encontrada afinava-se completamente às próprias lições veiculadas pela escritora nos seus manuais dirigidos às mulheres, nos quais afirmava:

“do lado do homem, o mais forte, o responsável, o chefe, é que deve estar, mesmo para a alegria e conforto da nossa alma, a superioridade intelectual. É o nosso esposo quem nos conduz pelo braço através dos

caminhos da vida que a sociedade embaraça com seus preconceitos terríveis; é firmado no seu nome, na sua honra, na sua dignidade, que o nosso espírito descansa e que nos vemos cercadas de respeito” (Livro das noivas, p. 49, apud Magaldi, 1998, p. 59).

Apesar de todo esse destaque literário, político e social, nos anos iniciais da República, e a despeito de ter-se dedicado a escrever cinco livros escolares, *Contos infantis* (1886), em colaboração com sua irmã Adelina Lopes Vieira, *Histórias de nossa terra* (1907), *A árvore* (1916), *Era uma vez* (1917) e *Jornadas no meu país* (1920), sendo o primeiro deles aprovado pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária, em 1891, para uso nas escolas primárias, Julia Lopes de Almeida é escassamente pesquisada no cenário educacional. As exceções ficam por conta do trabalho de Magaldi, referido anteriormente, que se ocupa particularmente das publicações dedicadas à formação da esposa e mãe, e, portanto, interessa-se principalmente pela vertente feminista da escritora, e de um breve estudo acerca dos livros didáticos no início da República, no qual Clarice Nunes (s.d.) se debruça sobre *Histórias de nossa terra* e *À margem da história da República*, de Vicente Licínio Cardoso.

Curiosa com essa ausência, considerei inicialmente percorrer os cinco livros escolares elaborados por Julia. Intrigava-me a indagação: seria a escritora uma intrusa no campo educacional? Ou seja, minha primeira proposta visava considerar se os livros tinham sido redigidos por diletantismo, conselhos de uma mãe a seus filhos, reinventados nas lides cotidianas do espaço doméstico; ou como negócio, instigada pelo belo ensaio de Luciano Mendes de Faria Filho (2000) acerca da tradução de *Lições de Coisas*, de Calkins, por Rui Barbosa, no qual explora o crescimento do mercado editorial no Brasil e as perspectivas de lucro da produção de livros escolares a partir das últimas décadas do século XIX, momento em que “a literatura escolar passa a ser protagonista da história da leitura no Brasil, por ser considerada, além de outras implicações, a grande fonte de renda das empresas editoriais” (Oliveira e Souza, 2001, p. 27).

Ao tomar contato, entretanto, com a história da vida de Julia Lopes de Almeida e de sua família, o questionamento foi sendo redimensionado em função das surpresas com as quais me deparei, e o objeto deste artigo alterou-se. Em lugar de passear pelos cinco livros escolares, resolvi

circunscrever a análise a *Contos infantis*, sua primeira publicação educacional, centrando o estudo na década de 1880. O objetivo passou a ser, afastando a perspectiva do puro diletantismo ou negócio, ou seja a noção de Julia como intrusa na arena educativa, mostrar sua intensa inserção, não como professora, porque, de fato, nunca o foi; mas como parte de uma intelectualidade paulista, preocupada com a defesa de valores iluministas, alicerçados em uma crença absoluta no poder das idéias, e com a mudança da realidade brasileira, pela ação educativa da lei, da escola, da imprensa e do livro, que Roque Spencer Maciel de Barros (1986) denominou *ilustração brasileira*.

Dividido em duas partes o texto apresenta primeiramente o livro *Contos infantis* — seus aspectos materiais e de conteúdo. Uso para este estudo a 13ª edição, datada de 1920 e localizada na Biblioteca Infantil do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, fundada em 1925⁴. Para compreender aspectos das fórmulas utilizadas na elaboração e composição do livro, recorri a padrões da época, manuseando outros livros escolares e interessando-me sobre os conteúdos curriculares da escola primária no período. É importante lembrar que em 1891, cinco anos após sua primeira edição, *Contos infantis*, como já disse anteriormente, foi aprovado pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária, para as escolas primárias.

Depois da análise do objeto cultural, volto-me para as autoras, tentando compreender suas trajetórias de vida até a publicação do volume e elucidar matizes das narrativas ali contidas.

Alguns contos

Ainda noiva, há menos de um ano de seu casamento com Filinto de Almeida, Julia Lopes lançava, junto com a irmã Adelina Lopes Vieira, casada mas sem filhos, seu primeiro livro escolar, em Portugal, no ano de 1886⁵. O livro, *Contos infantis*, estava dedicado aos sobrinhos (possivelmente filhos dos irmãos Valentim José da Silveira Lopes Júnior e Adelaide Elisa Silveira Lopes), “*anjos de paz, imaculados*” (p.9).

Encadernado e com dimensões aproximadas de 18 cm X 12 cm, atendia à necessidade de ser mantido por mãos pequeninas, durante a leitura.

Ilustrado a bico de pena, contendo letras corpo 12 e mantendo um espaçamento simples entre as linhas, o livro era composto respeitando largas margens. Assemelhava ao formato de outros livros infantis do final do século XIX, como a série graduada de leitura de Felisberto de Carvalho, cujo primeiro volume foi lançado 6 anos mais tarde, em 1892, pela B. L. Garnier, e posteriormente pela Francisco Alves (Cabrini, 1994, p. 1). Apresentava-se de forma agradável ao leitor.

A 13ª edição, de 1920, trazia à capa os dizeres “*adoptado para uso das escolas primarias do Brasil*” e conservava o Prólogo da 2ª, que iniciava pela destaque à aprovação do livro, em 14 de abril de 1891, pela Inspectoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Capital Federal. Elucidava, ainda, que o volume era ilustrado “*para maior aprazimento das crianças*” e contava com um pequeno questionário em seguida a cada conto “*segundo o methodo adoptado nas obras de ensino elementar, prescripto pela mesma Inspectoria*” (p. 5). A segunda edição já fora impressa no Rio de Janeiro pela Laemmert, alcançando até o fim do século XIX quatro edições. Da 6ª até a 17ª edição, que veio a lume no ano de 1927, o livro passou a ser publicado pela Aillaud, Alves e Cia. (Paris) e Francisco Alves: editora de grande prestígio no Brasil e responsável pela publicação de outros livros escolares no período, o que, de certo, serviu para aproximar o padrão gráfico entre *Contos infantis* e a série graduada de Felisberto de Carvalho.

Com o objetivo da educação moral e estética da criança, o livro compunha-se de narrações singelas, na maioria, de fatos realizados, “*que procuramos fazer sentir aos pequeninos paixões boas, levando-os com amenidade de história a história*” (p.5). Sobre o estilo da escrita, alertavam ainda as autoras:

“Temos lido muitos livros injustamente classificados, ou antes, destinados para a infância. Que conteem, na sua maior parte? Histórias insulsa e banaes, ou phantasias absurdas e intrincadas, que só uma intelligencia amadurecida pode entender.

“Para a compreensão das crianças toda a violência é má. Se lêem com atenção, fingam-se em busca da verdadeira idéa occulta entre os labyrinthos da phrase; se não lêem com atenção, se o fazem machinalmente, perdem um trabalho, que as enfada, e que nada de bom lhes deixa” (p.6-7).

Criticavam a literatura escolar corrente à época no Brasil, distante do interesse e do código linguístico do pequeno leitor, como afirma Ana Maria Menin (1998, p. 70), em artigo no qual aborda a criação da coleção *Biblioteca Infantil*, para a Weiszflog Irmãos, depois Cia. Melhoramentos, por Arnaldo de Oliveira Barreto em 1915. Reiteravam outras tantas lamentações presentes no fim do século XIX sobre a inadequação vocabular do material de leitura à escola brasileira, seja pelo uso de traduções portuguesas, seja pelo recurso a textos utilizados em outros fóruns, como explicitava Sílvio Romero (1885, apud Cavalheiro, 1995, p. 730-1):

“Ainda alcancei o tempo em que nas aulas de primeiras letras aprendia-se em velhos autos, velhas sentenças fornecidas pelos cartórios dos escrivães forenses. Histórias detestáveis e enfadonhas em suas impertinentes banalidades eram-nos administradas nestes poeirentos cartapácios”.

A divisão do livro era esclarecida no Índice, colocado às páginas finais do volume. Os textos em prosa haviam sido elaborados por Julia Lopes de Almeida; os em verso, por Adelina Lopes Vieira. Destes últimos, vários eram adaptações de Luiz Ratisbonne, autor de *Comédie enfantine*, conforme anuncia o prólogo. Ao todo, cinqüenta e oito histórias distribuíam-se ao longo das 180 páginas do volume. Parte do material utilizado por Julia Lopes de Almeida para o livro constituía-se de reelaborações de contos editados originalmente na *Gazeta de Campinas* (De Lucca, 1995, p. 193): jornal no qual estreou como escritora em 1881 e com o que colaborou até a redação do livro.

Ao fim de cada conto, questões sobre o entendimento da narrativa, sobre o vocabulário utilizado, mas também sobre desdobramento de temas abordados e regras gramaticais, tomadas a partir de elementos da história, ou sobre ciências naturais sugeridas pelo recurso a personagens do reino animal e vegetal conferiam o tom de lição ao livro.

Em geral, as narrativas destacavam a importância da virtude, da solidariedade, da caridade, do amor filial e maternal, enaltecendo o despojamento dos bens materiais, o cuidado com pobres e desvalidos (enfermos, cegos e surdos), a modéstia, o labor e a “alma pura”, e condenando a inveja, a vaidade, os maus hábitos (como a bebida), a ganância e o interesse pessoal. Ora tinham por personagem principal crianças; ora pais, mães ou avós e avôs; ora animais, antropomorfizados ou não; ora entes do mundo mágico como as fadas.

O conto de número 54 talvez represente de forma exemplar a gama das questões abarcadas pelo livro: os valores propalados e a relação entre a narrativa moral e os conteúdos escolares. Intitulava-se *“Morta!”* e discorria sobre o desespero noturno de uma mãe que, ao saber serem aqueles seus últimos momentos de vida, *“soluçava, e as lágrimas rolavam-lhe pelas faces encovadas, para se estancarem nos lábios requeimados e febris”*. Ao contemplar seus filho e filha que partilhavam com ela o leito, reteve no ar a derradeira carícia, por receio de despertar-lhes do sono, morrendo com *“as mãos crispadas sobre o peito, como querendo sufocar o grito que lhe ia rebentar da alma [...] sem beijá-los — para os não acordar”* (p. 161).

Apesar do intento, as crianças se levantaram e, imaginando a mãe a dormir, mantiveram-se em silêncio para não a perturbar. Enquanto aguardavam o sono, ficaram a mirar as estrelas e a lua. *“Instantes depois poder-se-ia ouvir a tranquila respiração d’aquelles innocentes, abraçados e adormecidos”*.

“A seu lado, hirta, fria, immovel, estava a mãe, a face amarellada, os olhos baços entreabertos, e um fio de sangue coalhado e escuro preso nos cantos da bocca.

“Aquelles anjos que tinham passado uma parte da noite a explicar tão singularmente o firmamento, ignoravam que o mais brilhante astro do céu da sua existência, a sua estrella na terra, se havia apagado para sempre!” (pp. 163-164)

Findo o conto, em letras com corpo 10, no fim da página, seguiam-se as questões:

“1ª Que é unccção? — 2ª De que é synonymo a palavra pensamento? — 3ª Que é uma estrella? — 4ª Que é firmamento? — 5ª Que é constellação? — 6ª Porque se chama ao Brazil: Terra do Cruzeiro do Sul? — 7ª Como se formam as nuvens? — 8ª Quaes são os mais brilhantes astros de nossa existencia, a que allude a auctora?” (p. 164).

Após a pungente história de morte, em que o amor maternal e filial era exaltado, os alunos deparavam-se com perguntas de gramática e ciências naturais. A organização formal do texto denotava a função moralizante da história e explicitava a compreensão das autoras do entrelaçamento entre a leitura edificante, em primeiro plano, e os conteúdos escolares: maneira pela

qual pareciam responder a prescrição de método para o ensino elementar da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária.

De acordo com o *Regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal*, promulgado por Benjamin Constant, em 1890, as escolas primárias eram divididas em primeiro e segundo graus, distintas para cada sexo, sendo facultado aos alunos de até oito anos de idade freqüentar as aulas das escolas femininas de primeiro grau. O currículo destas últimas, repartido em três cursos — elementar (crianças entre 7 e 9 anos de idade), médio (entre 9 e 11 anos) e superior (entre 11 e 13 anos) — abrangia estudos de leitura e escrita, aritmética prática até regra de três, sistema métrico e geometria, instrução moral e cívica, desenho, música, noções práticas de agronomia, trabalhos manuais (meninos) e de agulha (meninas), ginástica e exercícios militares, bem como “*Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e história natural*”. Em todos os cursos deveria ser “*constantemente empregado o método intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar*”. E ainda, explicitava o Regulamento, “*a instrução moral e cívica não terá curso distincto, mas occupará constamente e no mais alto gráo a atenção dos professores*” (Regulamento, 1890, p. 27 e seg.).

Editado quatro anos após a publicação de *Contos infantis*, o *Regulamento* constituiu-se não no emulador da escrita do livro, mas possivelmente em alguns dos critérios de sua aprovação pela Inspeção Geral em abril de 1891.

Contos infantis não foi o único livro dedicado à infância publicado no final do século XIX. Antes de 1880, traduções de Cônego Schmid, como *O canário* (1856), *A cestinha de flores* (1858) e *Os ovos de Páscoa* (1860), já circulavam no Brasil. Nas décadas finais do século, entretanto, traduzidos por Carlos Jansen e Figueiredo Pimentel, vários títulos, como *Contos seletos das mil e um noites* (1882), *Robinson Crusóe* (1885), *Viagens de Gulliver* (1888), *Contos para filhos e netos* (1894) e *D. Quixote de la Mancha* (1901) e os clássicos de Grimm, Perrault e Andersen, divulgados nos *Contos da Carochinha* (1894), *Histórias da avozinha* (1896) e *Histórias da baratinha* (1896), assinados por Pimentel; bem como a tradução de *Cuore*, D'Amicis, em 1891, por João Ribeiro, passaram a ser distribuídos (Lajolo e Zilberman, 1991, p. 28 e seg.). Porém talvez seja um dos primeiros livros nacionais, ao lado de *Primeiro e Segundo livros de leitura*, de Abílio César Borges (1866), *Livro das*

crianças (1897), de João Köpke e Zalina Rolim, e *Primeiro e Segundo Livros* (1892), de Felisberto de Carvalho, escrito com o propósito de atingir um público infantil e escolar, servindo como material de leitura para alunos e professores.

O mercado editorial brasileiro, do período, era majoritariamente, como se pode perceber pelos autores citados acima, ocupado por homens, seja na redação, seja na tradução dos volumes. Intrigava-me saber o que teria levado as irmãs Silveira Lopes a se lançarem a essa empreitada *masculina*, inaugurando, com um livro escolar, a carreira editorial de Julia, que viria a se tornar posteriormente a mais célebre escritora e feminista brasileira do início do século XX. A dar-se crédito a Leonora de Lucca (1999, p. 291), Julia, que optara por um estilo não feminino de escrita no fim do oitocentos, a prosa, partilhava da convicção de que instruir a população brasileira significava fornecer-lhe “*instrumento a um amplo processo de libertação, de superação das condições de submissão dos segmentos sociais oprimidos, incluídos nesses rol os pobres, as mulheres e os escravos*”. Nesse sentido, sua atuação em prol da extensão do saber, pelas luzes do impresso, da mesma maneira que em defesa do feminismo, era fruto de crenças políticas gestadas na segunda metade do século XIX e possivelmente cultuadas no interior da sua família.

Histórias de família

Voltar os olhos para a trajetória familiar das irmãs Julia e Adelina Lopes é uma empreitada bastante interessante e esclarecedora das redes sociais que se constituíam em São Paulo nas últimas décadas do século XIX. O primeiro indício da riqueza das investigações pode ser encontrado em quaisquer dos dicionários feministas e de literatura em que o nome de Julia Lopes de Almeida é mencionado. Sua estréia na *Gazeta de Campinas*, em 1881, por estímulo do pai, suscita curiosidade. Gebara (1975), Moraes (1981) e Hilsdorf (1986) já destacaram a importância desse jornal na difusão do pensamento republicano em São Paulo, identificando sua criação, em 1869, à afirmação de forças políticas ligadas à Loja Maçônica Independência. Em que pese que o início da atividade de Julia junto ao periódico possa ser associado a uma segunda fase, a partir de 1876, quando a *Gazeta*, de acordo com Gebara (1975, p. 67) cedeu para *A província de São Paulo* o centro da

propaganda republicana, tornando-se cada vez mais um jornal literário e comercial, as referências à Loja Independência e ao republicanismo não devem ser descartadas. Ao contrário, instigam a pesquisa.

Nascida em 1862, contava Julia, em 1881, com 19 anos⁶. Sua irmã, Adelina, 12 anos mais velha, e já casada, tinha 31 anos de idade. Residindo em Campinas desde 1870, a família, de origem portuguesa, havia emigrado para o Brasil entre 1856, chegada do pai Valentim José da Silveira Lopes ao Rio de Janeiro, e 1857, entrada da mãe Antônia Adelina do Amaral Pereira, no Brasil, acompanhada do terceiro filho Valentim Júnior, deixando provisoriamente em Lisboa as filhas Adelina e Maria José. Instalaram-se em Macaé, por três anos, onde estabeleceram um pequeno colégio. Contavam com experiência docente anterior em Portugal.

“Por volta de 1850, Silveira Lopes e sua jovem esposa começaram a se dedicar profissionalmente ao magistério. Funda[ra]m, em Lisboa, um pequeno colégio particular (Academia de Minerva, ampliada e sucedida pelo Colégio Artístico Comercial), aderindo ao projeto de reforma pedagógica de [Duque de] Saldanha [neto do Marques de Pombal] e [Antônio Feliciano de] Castilho. Valentim [viria a] secretariar a Associação Promotora de Educação Popular, por eles fundada. Juntamente com intelectuais como Castilho, Silva Túlio, Mendes Leal, Latino Coelho e outros, particip[ou] também da fundação do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas” (De Lucca, 1995, p. 181).

Em 1860, a família mudou-se para o Rio de Janeiro, fundando o Colégio Humanidades, e três anos mais tarde transferiu o colégio para Nova Friburgo, tradicional reduto de internatos femininos. Deixando a administração do colégio e as aulas ao encargo de Antônia Adelina, diplomada em piano, canto e composição pelo principal conservatório musical lisboeta, Valentim seguiu para a Alemanha, onde cursou medicina, retornando ao Brasil em 1867, quando defendeu a tese *Do Cólera* na Academia de Medicina de Salvador. A partir de então assumiu o cargo de médico substituto do Hospital da Beneficência Portuguesa, no Rio, até 1870, quando foi residir com a família em Campinas. Em janeiro do ano seguinte, inaugurou na cidade do interior paulista o hospital particular Casa de Saúde do Senhor Bom Jesus, de sua propriedade. Dr. Valentim foi ainda membro fundador da Irmandade da Misericórdia de Campinas (em 1875) e mordomo da Santa Casa de

Misericórdia (entre 1883 e 1886), além de sócio fundador e membro da primeira diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência, criada em Campinas em 1873.

De acordo com Moraes (1981, p. 180) foi o orador da Loja Maçônica Independência, por ocasião da inauguração do novo Templo, em 1874; e professor, entre 1874 e 1878, da aula noturna para instruir pobres e escravos (Moraes, 1998, p. 11). Em 1878, com cursos de gramática portuguesa, aritmética, geometria, geografia e história pátria lecionados gratuitamente, a aula atendia 214 alunos, 23 dos quais eram escravos.

“Ao longo da década de 1870, o sobrado em que resid[iu] a família Silveira Lopes se torn[ou] foco de convergência da intelectualidade local: a casa [era] freqüentada pelo pessoal da Gazeta de Campinas, jornal que conta[va] inclusive com colaborações de próprio punho do Dr. Valentim (podendo-se citar nominalmente o redator-proprietário Francisco Quirino dos Santos e o gerente José Maria Lisboa). [...] Ali [eram] recebidos músicos profissionais das famílias Gomes, Monteiro e Lobo; apresenta[va]m-se em saraus musicais amadores como Leopoldo Amaral (1856-1938), o futuro jornalista e apreciado cronista da vida da Campinas oitocentista; ali exib[ia]m-se os poemas da filha primogênita do casal Silveira Lopes (Adelina), a virtuosidade pianística da segunda filha (Maria José), os dotes de cantora e declamadora da ainda adolescente Adelaide” (De Lucca, 1995, p. 183).

Ilustrado e maçom, Valentim Silveira Lopes, que chegou a acolher o imperador D. Pedro II, após seu exílio, em Portugal, em 1889, defendia a educação e o livro como transformadores sociais, fontes do progresso para uma sociedade, na qual indivíduos livres e produtivos, conscientes de seus direitos e deveres, seriam capazes de exercer a liberdade em igualdade, perante Deus e seus semelhantes. Acreditava no auxílio aos pobres e vítimas de epidemias, e tanto sua tese na Academia baiana de Medicina e quanto sua atuação no combate à varíola em Campinas demonstravam tal convicção. Apoiava a emancipação feminina, incentivando suas filhas para que se lançassem no mundo das letras.

Julia e Adelina haviam sido criadas nesse ambiente, em que a família se distinguia e estabelecia redes de amizade e casamento — Maria José, por exemplo, segunda filha do casal, casou-se com o neto da Viscondessa de Campinas — com intelectuais locais. Relações sociais e políticas se

entrelaçavam. As crenças políticas do pai, com certeza, influenciaram o pensamento das filhas. Adelina, em 1882, por ocasião do centenário da morte do Marquês de Pombal (1699-1772), publicou o poema intitulado *Pombal*, em que no prefácio afirmava:

“Educar a mocidade de hoje é destruir e aniquilar a ignorância de amanhã. A instrução é a maior riqueza que podemos legar a nossos filhos. Nós, que caminhamos para o ocidente da vida, iluminaremos o oriente dos que chegam [...]. Se no correr do nosso século, com o operário em trevas, são tão prodigiosas as maravilhas da ciência, das artes e das indústrias, que milagre produzirá, então, o obreiro instruído?” (Viera, 1882, apud De Lucca, 1999, p. 297).

Apesar das poucas informações sobre a mãe de Julia e Adelina, Antônia Adelina, talvez não fosse prudente minimizar sua influência na educação das filhas. Além de ter atuado no magistério em Portugal e no Brasil, ficou inteiramente responsável pelo cuidado da família, durante a ausência do esposo, nos quase quatro anos em que esteve na Alemanha a estudos. Em 1863, quando Valentim partiu para Europa, a primogênita, Adelina contava com 13 anos, Maria José tinha aproximadamente 10, Valentim Júnior quase 7, Adelaide, por volta de 5 anos, e Julia estava prestes a completar seu primeiro ano de vida. Antônia Adelina administrava um colégio feminino em Nova Friburgo, habitando no mesmo edifício em que exercia a docência, e educava os cinco filhos. Provavelmente dividia as tarefas da casa, a instrução dos menores e o cuidado da pequena Julia com Adelina, a filha mais velha, o que talvez tenha concorrido para o estreitamento dos laços entre as duas meninas, que 23 anos mais tarde iriam assinar a mesma publicação.

As breves pinceladas com que compus esse quadro familiar nos permitem inferir aspectos da trajetória futura de Julia Lopes: seu engajamento na defesa dos direitos das mulheres no Brasil; seu atrevimento em impor-se com uma das mais célebres escritoras em prosa no início do século XX (escrita masculina, uma vez que a poesia parecia ser a forma considerada mais adequada de expressão feminina no período); sua defesa dos ideais pátrios de unidade nacional e linguística; sua crença na educação como construtora da cidadania; sua aposta no trabalho como fonte de desenvolvimento individual e social; sua solidariedade aos fracos, doentes e desvalidos.

O casamento de Julia com Francisco Filinto de Almeida, em 1887, depois de quase dois anos de namoro, reforçou esses ideais tramados na família, dando-lhes um colorido mais republicano. Redator da revista *A Semana*, o poeta, jornalista e comediógrafo português, residente no Rio de Janeiro, era republicano radical. Correspondente do jornal *A província de São Paulo*, foi promovido em novembro de 1889, após a proclamação da República, a redator no novo *O Estado de S. Paulo* (denominação que assumiu em 1 de janeiro de 1890). Atuou, ainda, como deputado pelo estado de São Paulo, entre 1892 e 1894, período em que o casal residiu na capital paulista, depois do enlace matrimonial em Lisboa, e de uma breve passagem pelo Rio de Janeiro em 1888 (De Lucca, 1995, p. 195).

Comentários finais

Ainda muito pouco sabemos sobre os livros escolares e seus autores no fim do XIX. Conhecidos no âmbito dos estudos literários, esses escritores e escritoras, na maioria das vezes, têm sua obra analisada pelo conteúdo dos textos, que escapam à materialidade do impresso, à *coautoria* do editor e aos constrangimentos históricos. As cronologias de vida, em geral, apresentam-se como apêndices às edições críticas. Pouco detalhadas servem mais à compreensão do posterior sucesso do autor ou autora no mundo das letras que ao entendimento das múltiplas relações desses sujeitos com o tempo e o espaço sócio-históricos. Se tais trabalhos prestam-se como indícios à percepção de valores ensejados nas escolas oitocentistas, são insuficientes para o desenho dos vários projetos de escola e escolarização do saber em jogo na sociedade.

Lançar o olhar a esses sujeitos e suas obras, a partir do campo da história da educação, no triplo desafio de analisar o livro como um objeto cultural (Chartier, 1990), portanto, determinado por uma escrita, modelado por um editor e consumido por professores e professoras, alunos e alunas é uma tarefa ainda pouco efetuada pelos pesquisadores da área. O presente estudo também não a realiza. Promove aproximações ao objeto, desperta diálogos, sinaliza caminhos de investigação, na certeza de que esta é uma pesquisa apenas iniciada e que ainda possui vários segredos a desvelar e muitas questões a responder.

Fica, entretanto, a convicção de que Julia Lopes de Almeida, ao compor com sua irmã Adelina, seu primeiro livro, *Contos infantis*, não era uma intrusa no campo educacional. Ao contrário sua crença educativa no impresso fazia com que toda sua ação como escritora estivesse permeada de um cunho pedagógico. Em 1896, escreveria ela no *Livro das Noivas*:

“O livro é um amigo; nelle temos exemplos e conselhos, nelle um espelho onde tanto as nossas virtudes como os nossos erros reflectem. Repudia-o seria loucura; escolhel-o é sensato.

“A estante de uma mulher de espírito e de coração, isto é, de uma mulher habilitada a apprehender e conservar o que ler; que souber que isso a instrue, a torna apta para dirigir a educação dos filhos, dando-lhes superioridade e largueza de vistas; a estante de uma mulher intelligente e cuidadosa, que ama os seus livros, não como mero adorno de gabinete, mas como a uns mestres sempre consoladores e sempre justos, essa estante é um altar onde o seu pensamento vae, cheio de fé, pedir amparo numa hora de desalento, e conselho num momento de duvida” (p. 38).

Notas

- 1 Dentre eles: *Traços e iluminuras* (contos), 1887. *Memórias de Marta* (romance), 1889. *A família Medeiros* (romance), 1892. *A viuva Simões* (romance), 1897. *A falência* (romance), 1902. *Ânsia eterna* (romance), 1903. *A intrusa* (romance), 1908. *Eles e elas* (contos), 1910. *Cruel amor* (romance), 1911. *Correio da roça* (romance), 1913. *A Silveirinha* (romance), 1914. *A isca* (contos), 1922. *A casa verde* (romance em colaboração com Filinto de Almeida), 1932. *Pássaro tonto* (contos), 1934. *Quem não perdoa* (comédia), 1912.
- 2 Em 1919, participa da criação da Legião da Mulher Brasileira. Em 1922, organiza com Berta Lutz o I Congresso Feminino do Brasil (De Luca, 1999, p. 277). Em julho de 1931, profere o discurso de abertura do II Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro (Schumacher e Vital Brazil, 2000, p.306).
- 3 Rachel Soihet, em “Em avanços sutis, as rupturas”, conferência apresentada na Mesa redonda: *Gênero e representação*, do Seminário Internacional Fazendo Gênero 4: Cultura, Política e Sexualidade no século XXI, UFSC — 23 a 26 de maio de 2000, destaca essa posição ambígua de Julia para os estudos feministas. O artigo será publicado pela UFSC. Leonora de Luca (1999) destaca a importância de compreender a atuação feminista de Julia nos quadros sócio-culturais da época e defende que a escritora realizava o “feminismo possível” no fim do século XIX e início do XX.

- 4 *Contos infantis e História de nossa terra* foram indicados como obras adotadas para leituras suplementares e auxiliares para o ensino primário em São Paulo pela Comissão nomeada, em 1918, por Oscar Rodrigues Alves, Secretário do Interior da Província, para selecionar “os livros que mais convinham” ao uso dos alunos: razão pela qual as duas obras figuram do acervo da Biblioteca Infantil. (Diretoria, 1918, pp. 142-153.) A permanência de *Contos infantis* na escola paulista, entretanto, é maior. Já em 1894, constava da relação de obras existentes no Almoarifado da Instrução para serem distribuídas às escolas primárias (Souza, 1998, p. 234).
- 5 Ainda não me foi possível localizar a primeira edição, o que me impediu de tomar conhecimento sobre a editora contratada. Prevê-se para breve uma pesquisa sobre o livro e as autoras e sua família nos acervos portugueses, no âmbito do projeto *A infância e sua educação (1820-1950): materiais, práticas e representações*, coordenado, em Portugal, por Rogério Fernandes e, no Brasil, por Luciano Mendes de Faria Filho, com apoio CAPES/GRICES.
- 6 As informações sobre a trajetória de vida dos membros da família Silveira Lopes foram colhidas em De Lucca, 1995.

Referências

- ALMEIDA, Julia Lopes de & VIEIRA, Adelina Lopes (1920). *Contos infantis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 13ª ed.
- ALMEIDA, Julia Lopes de (1926). *Livro das noivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 4ª ed.
- DIRETORIA Geral da Instrução Pública (1918). *Anuário do Ensino do Estado de S. Paulo*. São Paulo.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de (1986). *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Edusp.
- BESSE, Susan K. (1999). *Modernizando a desigualdade. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo: Edusp.
- CABRINI, Conceição Aparecida (1994). *Memória do livro didático. Os livros de leitura de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho*. ECA-USP, Mestrado.
- CARVALHEIRO, Edgar (1955). *Monteiro Lobato. Vida e obra*. São Paulo: Ed. Nacional.
- CHARTIER, Roger (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- DE LUCA, Leonora (1995). *Julia Lopes de Almeida (1862-1934) e o feminismo no Brasil da virada do século*. Iniciação Científica, IFCH-UNICAMP.
- DE LUCA, Leonora (1999). “O ‘feminismo possível’ de Julia Lopes de Almeida (1862-1934)”. *Cadernos Pagu*, nr. 12, pp. 275-299.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de (2000). “A tradução como negócio: Rui Barbosa tradutor do livro Lições de Coisas, de N. A. Calkins”. In Márcia Abreu (org), *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras, pp. 595-610.

- GEBARA, Ademir (1975). *Campinas, 1869-75: republicanismo, imprensa e sociedade*. Mestrado, FFLCH-USP.
- HILSDORF, Maria Lúcia S. (1986). *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. Doutorado, FEUSP.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina (1991). *Literatura infantil brasileira. História & histórias*. São Paulo: Ática.
- MAGALDI, Ana Maria (1998). "A educação da família segundo a receita dos manuais de Julia Lopes de Almeida" . In C. Sousa, *et al.*, *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. Atas do II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*, volume I. São Paulo: FEUSP, pp. 57-63.
- MENEZES, Raimundo de (1978). *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos.
- MENIN, Ana Maria (1998). "As contribuições da coleção *Biblioteca infantil* (1915-1957) para a formação do pequeno leitor". In C. Sousa, *et al.*, *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. Atas do II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*, volume I. São Paulo: FEUSP, pp. 69-73.
- MORAES, Carmen S.V. de (1981). *O ideário republicano e a educação: O colégio Culto à Ciência de Campinas (1869-1892)*. Mestrado, FEUSP.
- MORAES, Carmen S.V. de (1998) "A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania". In C. P. de Sousa, *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, pp. 5-26.
- NEEDELL, Jeffrey (1993). *Belle époque tropical*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- NUNES, Clarice. O corpo docente: salvador da pátria, herói da modernidade pedagógica! <http://www.puc-rio.br/cppa/textos/corpo.html>, s.d.
- OLIVEIRA, Cátia Regina G. Alves de & SOUZA, Rosa Fátima de (2000) "As faces do livro de leitura". *Cadernos Cedes*, nr. 52, pp. 25-40.
- "REGULAMENTO da instrução primária e secundária do Distrito Federal". *Revista Pedagógica*, tomo I, out. 1890 a mar.1891, pp. 27-77.
- SOUZA, Rosa Fátima de (1998). *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: EdUNESP.
- SCHUMAHER, S. e VITAL BRAZIL, E. (2000). *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

JULIA LOPES DE ALMEIDA AND BRAZILIAN EDUCATION AT THE END OF NINETEEN CENTURY: A STUDY OF THE SCHOOL BOOK *CONTOS INFANTIS*

Abstract

The article intends to investigate the production of school books in Brazil, at the end of nineteenth century. It begins by asking whether Julia Lopes de Almeida, famous Brazilian writer and feminist, is an intruder in the educational field or not. To answer the question the article explores *Contos infantis*, written by Julia and her sister Adelina Lopes Vieira, in its contents and structure. Then it analyses the story of their family, lived part in Brazil and part in Portugal. It concludes by claiming attention to the importance of the confluence of these two approaches to understand the schooling projects existent in the Brazilian society at that time.

JULIA LOPES DE ALMEIDA ET L'ÉDUCATION AU BRÉSIL A LA FIN DU XIX^e. SIÈCLE: LE LIVRE SCOLAIRE *CONTOS INFANTIS*

Résumé

L'article s'interroge sur la pertinence du concevoir l'écrivain féministe Julia Lopes de Almeida comme une intruse au champ de l'éducation brésilienne du XIX^e siècle. Pour répondre à cette question il fait un'étude sur le livre scolaire *Contos Infantis*, écrit par Julia et sa soeur Adelina Lopes Vieira: contenu et structure. Après, il s'intéresse sur l'histoire de vie de sa famille au Brésil et au Portugal. La conclusion porte sur l'importance de ces deux approches pour comprendre l'enjeu politique et social de l'éducation brésilienne à la fin du XIX^e siècle et les plusieurs projets d'école en dispute.